

Jornal

30 de Agosto



ESPECIAL

SAÚDE



Out / 2009

*Quanto vale a saúde
de um(a) educador(a)?*

Os(as) educadores(as) estão ficando doentes!



**PARTICIPE DA CAMPANHA ESTADUAL DE SAÚDE!
DEBATA ESTE MATERIAL EM SUA ESCOLA**

APP - Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública do Estado do PR

Rua Voluntários da Pátria, 475 - 14º andar - Ed. Asa - Fone: 41 3026.9822 - CEP 80020-926 - Curitiba / PR

Gestão Independência, Democracia e Luta.

Saúde, um direito de todos e todas!



Já há algum tempo que o tema saúde tem preocupado a categoria dos educadores em todo o país. As políticas de desvalorização e precarização do trabalho e a busca desenfreada pelo lucro, implementadas pela dita modernização capitalista, têm criado um quadro de adoecimento dos trabalhadores no mundo inteiro. Na Educação não é diferente. As políticas adotadas, especialmente durante os anos do neoliberalismo, trouxeram para professores e funcionários das escolas públicas brasileiras um quadro de adoecimento dos educadores. As condições de trabalho, as estruturas inadequadas para a realização das atividades e o sucateamento dos sistemas de atendimento e prevenção de doenças destes trabalhadores construíram um cenários que compromete a qualidade da educação pública brasileira.

Paraná – No Paraná, passados os anos difíceis da onda neoliberal, a categoria tem se mobilizado para recompor o caráter público da Educação e avançar em conquistas direcionadas à valorização profissional e à educação pública. No último período, obtivemos conquistas importantes. Os planos de carreira para os professores e funcionários; reajustes e reposição salariais; concursos públicos, a ampliação da matriz curricular, o retorno do ensino regular noturno, do ensino profissionalizante e do magistério; a isenção da contribuição previdenciária para os aposentados; o cargo de 40 horas, a aposentadoria especial para diretores e pedagogos, entre tantas outras conquistas importantes para a melhoria da qualidade do trabalho dos professores e funcionários paranaenses.

No entanto, em relação à saúde avançamos muito pouco. Há um quadro de adoeci-

mento da categoria. É visível o crescimento de professores e funcionários que se afastam do trabalho por motivos de doença. Pensando nisto, a APP-Sindicato, em seu último Congresso Estadual, aprovou a criação da Secretaria de Saúde e Previdência, que já está em funcionamento - em todos os núcleos sindicais e na diretoria estadual - desde outubro do ano passado. Assim, de acordo com a decisão do planejamento estadual da entidade realizado no início deste ano, e com decisão de Assembleia Estadual da categoria, a Secretaria de Saúde e Previdência da APP lançou no mês de agosto a sua 'Campanha Estadual de Saúde'. Conheça, nas próximas páginas, os objetivos desta ação.

CAMPANHA ESTADUAL DE SAÚDE

Quanto vale a saúde de um(a) educador(a)?
Os(as) educadores(as) estão ficando doentes!

Vamos mudar este quadro!

SAÚDE DE QUALIDADE

- Reativação do IPE-SAÚDE
- Atendimento de qualidade em todos os municípios
- Instituição de programas de prevenção
- Humanização das perícias médicas
- Aprovação do PL de saúde do trabalhador

CONDIÇÕES DE TRABALHO

- Redução do número de alunos por turma
- Ampliação da hora-atividade
- Ampliação do porte das escolas
- Aquisição de equipamentos de proteção à saúde para os(as) funcionários (as)
- Política de atendimento a acidentes e doenças adquiridas no trabalho

EDUCADOR(A) SAUDÁVEL: EDUCAÇÃO DE QUALIDADE!

www.app.com.br

EXPEDIENTE

Uma publicação da Secretaria de Imprensa e Divulgação e da Secretaria de Saúde e Previdência.

APP-Sindicato - Filiada à CUT e à CNTE - **Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública do Paraná** - Rua Voluntários da Pátria, 475, 14º andar, CEP 80.020-926, Curitiba, Paraná - Fone (41) 3026-9822. Fax (41) 3222-5261 • Site: www.appsindicato.org.br • Presidente: Marlei Fernandes de Carvalho • Sec. Imprensa e Divulgação: Luiz Carlos Paixão da Rocha. Jornalistas: Andréa Rosendo (4962-PR), Edianês Vieira (7704-RS), Simone Giacometti (4441-PR) e Valnisia Mangueira (893-SE) - Projeto Gráfico e diagramação: Rodrigo Augusto Romani (7756-PR). • Ilustrações: Jorge • Imagem capa (Campanha da Saúde da APP-Sindicato): W3ol • Impressão: Gráfica World Laser - Tiragem: 10.000 mil exemplares.



Gestão Independência, Democracia e Luta - 2008-2011

- Marlei Fernandes de Carvalho - Presidente • Isabel Catarina Zöllner - Secretaria Geral • José Rodrigues Lemos - Secretaria de Políticas Sindicais • Janeslei A. Albuquerque - Secretaria Educacional • José Valdivino de Moraes - Secretaria de Funcionários • Miguel Angel Alvarenga Baez - Secretaria de Finanças • Clotilde Santos Vasconcelos - Sec. Adm. e Patrimônio • Edilson Aparecido de Paula - Secretaria de Municipais • Luiz Carlos Paixão da Rocha - Sec. Imprensa e Divulgação • Áurea de Brito Santana - Secretaria de Assuntos Jurídicos • Tomiko Kiyoko Falleiros - Secretaria de Aposentados • Silvana Prestes Rodacoswiski - Secretaria de Políticas Sociais • José Ricardo Corrêa - Secretaria de Organização • Maria Madalena Ames - Sec. de Formação Política Sindical • Mariah Seni Vasconcelos Silva - Secretaria de Sindicalizados • Lirani Maria Franco da Cruz - Sec. Gênero e Igualdade Racial • Idemar Vanderlei Beki - Secretaria de Saúde e Previdência

Quanto vale a saúde de um(a) educador(a)?

Se a resposta para esta pergunta for limitada ao custo que o Estado tem com os profissionais afastados das escolas por motivos de doença, pode chegar a milhões de reais. E isto não é mero chute. Apesar de não serem números do Paraná, dados sobre a saúde dos professores da rede estadual de São Paulo mostraram que, em 2006, 140 mil licenças médicas, com duração média de 33 dias, foram concedidas aos educadores naquele Estado. O gasto anual com estes afastamentos resultou numa cifra que impressiona: R\$ 235 milhões.

A situação dos educadores paranaenses segue o mesmo caminho, embora em proporção menor. Num levantamento realizado pela Secretaria de Administração e Previdência (Seap) do Paraná, ao qual a APP-Sindicato teve acesso, constatou-se que, só no primeiro semestre deste ano, 890 professores da rede encontravam-se afastados das suas atividades para tratamento de saúde. Pode parecer pouco, mas se comparado com o número de licenças médicas concedidas à totalidade dos demais servidores do Estado no mesmo período, apenas 342, dá para ter idéia do tamanho do problema.

E este quadro repete-se Brasil afora. Segundo a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE), em 2004, 30,4% dos professores e funcionários de escola que responderam uma pesquisa da entidade – realizada em parceria com a Universidade de Brasília (UnB) – em dez Estados, informaram que tiveram problemas de saúde relacionados ao exercício da profissão. Destes, 22,6% necessitaram afastar-se, através de pedidos de licença, temporariamente ou definitivamente do trabalho.

E as causas deste adoecimento são as mais variadas, vão desde a sobrecarga de trabalho e falta de infraestrutura adequada até o aumento da violência no interior da escola e o assédio moral sofrido pelos profissionais. Um estudo feito, durante cinco anos (1993 a 1997), pela Fundação Oswaldo Cruz com 150 mil trabalhadores em Educação do Rio de Janeiro também revelou que entre as patologias que predominam neste meio estão as doenças psiquiátricas e neurológicas, seguidas dos

problemas de otorrinolaringologia, cardiologia, ortopedia e reumatologia.

Síndrome da desistência - No caso das doenças psiquiátricas, a grande vilã, conforme mostra a pesquisa feita pela CNTE, é a Síndrome de Burnout ou, como foi apelidada no segmento da Educação, ‘Síndrome da desistência do educador’. O mal, que muita gente desconhece, provo-



ca cansaço, esgotamento e falta de motivação. Uma realidade vivida, às vezes silenciosamente, por muitos. Foi o caso da professora de Biologia e Ciências Neusa de Souza, que atua no Colégio Estadual Airton Senna e no Colégio Cataratas, em Foz do Iguaçu.

Nos últimos cinco anos, a professora viu a própria vida virar de pernas pro ar por conta da doença. Ela, que atua há 25 anos na rede, está, no momento, de licença médica. Segundo Neusa, seu perfil, antes de apresentar os sintomas da Síndrome, era de uma profissional motivada. **“Quando chegava domingo à noite, não via a hora de voltar para escola e receber os alunos. Programava passeios, preparava aulas práticas, tinha domínio perfeito da turma. Hoje, quando penso em voltar ao trabalho, passo mal. Tenho dores de cabeça, náuseas e chego até a vomitar”**, descreve.

O motivo desta mudança dramática, acredita a educadora, foi a pressão. “Por parte dos alunos, dos colegas de trabalho e do próprio sistema de ensino”, argumenta. A sobrecarga de trabalho também acelerou o processo. Neusa relata que além das 40 horas que dava na escola, consumia cerca de outras 20, fora do

trabalho, preparando as aulas e estudando. Além disso, como a maioria das mulheres, tinha que cuidar da família e da casa, uma dupla jornada que cobrou um preço alto.

“Sentia-me esgotada. Perdi o estímulo e passei a duvidar da minha capacidade como profissional. Comecei, então, a tomar remédios. Inicialmente, a dosagem do antidepressivo era de 25 mg, hoje são 150 mg. Só consigo dormir e dar aula usando a medicação. Em casa, minha filha de 10 anos, ao me ver tão mudada, teve que se tratar. Ela não conseguia entender porque a mãe vivia com dor e acamada”, relata a professora, que todas as noites toma quatro remédios diferentes e gasta, mensalmente, mais de R\$ 300,00 para comprá-los.

Não bastasse ter que enfrentar a própria doença, a educadora fala que precisa, até hoje, lidar com a discriminação e ceticismo dos outros. *“Já sofri bastante na própria escola. Como esta não é uma doença visível, é um mal que a gente sente, os outros não vêm os sinais externos e não acreditam. Tive colegas me ridicularizando, dizendo que queriam ter esta doença. Tudo isso é muito triste”*, revela Neusa que pretende voltar ao trabalho, agora em outra função. *“Temo que se demorar muito pra voltar, perca a coragem”*, diz.

O caso da professora demonstra claramente que, no final da equação, quem paga mais caro são os profissionais. Além do custo financeiro com as doenças, eles precisam arcar com o custo emocional, que é imensurável. “Não conseguimos imaginar como o profissional da Educação, essa figura tão importante para a sociedade, suporta toda esta pressão: física, mental, emocional e social. Na verdade, eles não podem! São pessoas de carne e osso e estão no seu limite, adoecendo diariamente no interior das escolas, desenvolvendo patologias que são respostas dos seus organismos a toda esta pressão”, lamenta o secretário de Saúde e Previdência da APP, professor Idemar Beki.

Segundo ele, os prejuízos causados por esta ‘pandemia’ nas escolas poderiam ser barrados. “Para mudar o cenário, é preciso o envolvimento de todos nas lutas e mobilizações propostas pelo sindicato. Precisamos que os educadores se engajem na Campanha de Saúde, respondendo ao questionário, para termos uma dimensão real do problema nas escolas e, daí, termos como cobrar medidas urgentes do governo, a começar pelo projeto de saúde integral dos servidores públicos estaduais reencaminhado, neste segundo semestre, à bancada do PT na Assembleia Legislativa”, explica.

Acidentes de trabalho também vitimam educadores

Apesar de vivermos em pleno século 21, as escolas do Paraná desconhecem a necessidade de preencher um documento essencial que ampara professores e funcionários vítimas de acidentes de trabalho. Este lapso reflete-se na situação vivida pela merendeira Antônia do Carmo Assis, de 65 anos e que há 20 trabalha na rede. Em setembro de 2008, Antônia sofreu um acidente na cozinha do Colégio Estadual Argeimiro Camargo, em Capitão Leônidas Marques, ao tentar evitar que uma panela com 15 kg de macarrão fervente caísse sobre ela.

“Eu e uma colega tentamos erguer a panela, que estava no fogão, para colocá-la na pia e ela quase entorna em cima de mim. Por instinto, sustentei o peso no braço, para evitar a queimadura. O resultado foi que tive o tendão do músculo supra-espinhoso rompido”, relata Antônia. Após o acidente, a funcionária foi atendida por um ortopedista do Sistema de Saúde do Servidor (SAS), que a informou sobre a necessidade de fazer uma cirurgia. Foi então que começou a romaria.

Antônia ficou, durante 45 dias, com o braço immobilizado e afastada do trabalho. Apesar do desconforto, devido aos problemas no SAS da região, ela não conseguiu ser operada. Após muitas idas e vindas, e sem suportar as dores, resolveu, oito meses depois, pagar a cirurgia do próprio bolso. Gastou R\$ 3.500,00 com todo o processo. *“Mas como havia participado de um curso promovido pela APP sobre saúde do trabalhador, sabia como ser ressarcida pelo Estado e para isso precisava que fosse preenchido o formulário da CAT”,* explica.

Situação parecida viveu o técnico administrativo Marcelo Augusto Santos Rigler, no

Colégio Estadual Yvone Pimentel, em Curitiba. Em 16 de março desse ano, Marcelo escorregou num piso encerado e magoou os ligamentos do joelho e luxou a patela. Era seu primeiro dia na unidade de ensino. Por conta do acidente, ficou um período sem suprimento de car-

go, pois sua documentação não tinha chegado à nova escola e ele não sofreu o acidente na unidade onde trabalhava anteriormente. Para cuidar da perna, o educador gastou, até agora, cerca de R\$ 5 mil.

“Tive que recorrer a empréstimos, crédito consignado e já gastei até o meu 13º salário para me tratar, pois o SAS não liberou a realização dos exames que precisava, a exemplo da ressonância magnética. Também estou pagando a fisioterapia”, diz. Para piorar a situação, segundo Marcelo, a CAT foi preenchida incorretamente pela escola. Por conta disso, o educador procurou, em abril desse ano, o Departamento Jurídico da APP e conseguiu uma antecipação de tutela obrigando o Estado a preencher ao formulário e cuidar da sua saúde. Até hoje, segundo Marcelo, o Núcleo de Educação não o chamou.

“Estou em licença para tratamento de saúde e não consigo nada pelo SAS, seja a cirurgia, seja atendimento especializado, apenas consultas de emergência. Vivo com a perna direita immobilizada, algo que está afetando, inclusive, meu outro joelho, pois tenho que apoiar meu peso nele”, reclama. Marcelo soube da importância de preencher a CAT através da leitura de materiais da APP. *“Ao não preencher a CAT, o funcionário acaba perdendo uma série de direitos”,* ressalta. Ele também pretende garantir o ressarcimento dos gastos que está tendo com o tratamento através de uma ação impetrada com auxílio do Jurídico da APP.

Para que esta injustiça não ocorra, a APP reivindica que o Estado implemente uma política de saúde de prevenção às doenças.



Marcelo: a espera do CAT



Dona Antônia: saber dos direitos foi fundamental

O QUE É CAT?

A Comunicação de Acidente de Trabalho (CAT) é um formulário que deve ser preenchido em caso de acidentes ou doenças relacionadas ao trabalho, pelas secretarias da escolas, no caso dos educadores, mesmo que não haja afastamento ou incapacidade. O formulário pode ser obtido no site da Previdência Social (www.previdenciasocial.gov.br) ou em papelarias para os trabalhadores do regime celetista e contratos temporários. No caso dos efetivos (estatutários), o formulário pode ser encontrado no site da Secretaria Estadual da Administração e Previdência (www.pr.gov.br/seap). O preenchimento da Comunicação é fundamental para formalizar este tipo de ocorrência.

ASSÉDIO MORAL E VIOLÊNCIA

Agressão física e agressão moral são formas de violência. O termo violência pode ser empregado de várias maneiras, como violência política, violência moral, violência pessoal, violência presumida, violência imediata, violência mediata e assim por diante. Estes, por sua vez, estão disseminados na sociedade e, infelizmente, presentes no ambiente de trabalho dos educadores. E isto não é de agora.

Não são incomuns os relatos de agressões físicas sofridas por professores e funcionários por parte, por exemplo, de alunos. No caso do assédio moral, este geralmente ocorre nas relações hierárquicas autoritárias e acabam por desestabilizar a vítima no ambiente de trabalho forçando-a, inclusive, a desistir do emprego. Mas vale um alerta: um ato isolado de humilhação não consiste em assédio moral. Para se configurar como tal, a relação precisa ter estas cinco características: repetição sistemática, intencionalidade, direcionalidade, temporalidade e degradação deliberada.

Condições de trabalho: prevenção é palavra de ordem

Quando o tema é saúde dos educadores, o primeiro passo é conhecer a realidade enfrentada, para que o quadro seja revertido

Devido ao crescente número de trabalhadores em educação afastados dos seus locais de trabalho em virtude dos problemas de saúde, as entidades sindicais, alertas para este fato, estão buscando intensificar ações de orientação e prevenção para que estes profissionais possam exercer suas atividades com saúde e prazer. Sendo assim, algumas pautas discutidas entre os trabalhadores são a de reajuste salarial compatível, diminuição da carga horária, melhoria das condições de trabalho.

E por traz destas medidas não se encontra somente o discurso da categoria, mas sim a possibilidade de modificar o cenário do adoecimento que vem acometendo um número cada vez maior de trabalhadores. Quando o tema é saúde dos educadores, o primeiro passo é conhecer a realidade enfrentada, para que o quadro seja revertido. Uma série de pesquisas está sendo feita, em todos os Estados brasileiros, buscando o melhor meio de combate. A orientação e a prevenção assumem o papel importante neste cenário, mas também médicos, técnicos e especialistas em segurança e saúde do trabalhador deverão estar a postos para o enfrentamento deste grave problema.

A queixas são muitas. Desde dores musculares, passando por alterações vocais e distúrbios mentais. Esta é a realidade comum vivenciada pelos educadores, tanto na educação básica, quanto nas escolas de ensino superior, nas escolas públicas, quanto nas privadas. Esta é a opinião da educadora Cecília Hanna Mate, da Universidade de São Paulo (USP). E temos que bater nesta tecla: "Não há educação de qualidade enquanto o educador não tiver saúde".

O cenário de hoje tem tirado os educadores de sua profissão, fazendo com que se afastem por problemas de saúde ou sejam remanejados para outras funções. Uma pesquisa realizada em São Paulo pelo Dieese, em 2004, mostrou que 38% dos entrevistados já haviam se afastado do ambiente de trabalho por motivo de doença. Um dos fatores que contribui refere-se à superlotação das salas de aula, situação apontada por 73% dos professores. Entre os sintomas mais frequentes estão: cansaço 80%, nervosismo 61%, problemas de disfonia 57%.

A pesquisa ainda aponta dois encaminhamentos importantes sobre as possíveis soluções para a questão da saúde destes trabalhadores. A primeira é que devemos travar uma luta para que os problemas não aumentem ainda mais. A

segunda é desencadear uma série de ações preventivas para que os trabalhadores não precisem se afastar de suas funções. "A mudança só será sentida quando todos os educadores estiverem conscientes de que as doenças estão relacionadas ao trabalho. Os distúrbios de ordem vocal, por exemplo, não são reconhecidos como doenças ocupacionais. É preciso fazer esta abordagem com os profissionais, envolvendo os técnicos da área de saúde", explica Edevalter Bueno, técnico em Segurança do Trabalho da APP-Sindicato.

Projeto de Saúde – E é pensando em contemplar o atendimento, a orientação e a prevenção que o Projeto de Atenção à Saúde dos Trabalhadores, formulado pela APP-Sindicato e Fórum dos Servidores, está em andamento. "Esta iniciativa começou a ser discutida a partir da constatação de numerosas e prolongadas licenças médicas que estão acometendo estes profissionais, e cada um dos que sofrem no dia-a-dia e que desempenham uma função merecedora de todo louvor, e que está sendo esquecida", destaca Bueno. Segundo ele, outra medida, além da conscientização dos direitos, é cobrar dos responsáveis, a contratação de pessoal especializado na área, para que estes passem a prestar serviços para a saúde pública.

"Muitos de nossos educadores, e de outros servidores, têm doenças comuns não adquiridas no trabalho, a exemplo de hipertensão e diabetes, que são facilmente controladas. Mas por falta de conhecimento, estes trabalhadores não sabem como se portar com o problema. Os técnicos devem propor, em todos os estabelecimentos, relatórios técnicos que contenham os riscos e as medidas preventivas", afirma o técnico da APP. Ele ressalta ainda que o ideal é que a cada ano, sejam feitas visitas onde foi implantado o programa, a fim de estabelecer a continuação das medidas propostas e, novamente, a conscientização, já que esta deve ser permanente, pois novos profissionais são contratados.

Os poderes públicos desconhecem, outros não têm a percepção dos gastos que ocorrem com licenças médicas e atestados. "Isto contribui, e muito, para que a educação enfrente problemas. Esta era uma profissão que, antigamente, era valorizada. É necessário e urgente que as administrações atentem para esse problema sério no qual o setor está inserido", alerta Bueno, que lembra também que cabe aos sindicatos cobrar dos órgãos competentes a atenção à saúde dos profissionais de educação.

**Princípios
norteadores de
uma política de
atenção à saúde dos
trabalhadores**

I - Universalidade: incluir nos planos, programas e ações, todos os trabalhadores estatutários, celetistas, de contratos administrativos ou terceirizados, bem como os aposentados.

II - Promoção da saúde: opção pela estratégia da promoção da saúde, enquanto resultado de um conjunto de ações que vão desde o controle de riscos à prevenção de agravos, recuperação de danos e reabilitação.

III - Integralidade da atenção: garantia da articulação das ações de assistência e recuperação dos agravos com ações de prevenção e intervenção sobre seus fatores determinantes e de promoção da saúde. Articulando ações individuais/curativas com ações coletivas, de vigilância sobre os ambientes e processos de trabalho, considerando-se que os agravos à saúde do trabalhador são potencialmente previsíveis e passíveis de prevenção.

IV - Garantia do direito à atenção aos trabalhadores vítimas de acidentes e doenças relacionadas ao trabalho, incluindo, além de outras, o tratamento, a recuperação e a reabilitação física, psicossocial e profissional.

V - Regionalização: as ações e serviços de atenção à saúde dos trabalhadores serão organizados regionalmente, considerando a distribuição espacial dos trabalhadores da Administração Pública do Estado do Paraná.

VI - Garantia do direito à informação aos trabalhadores e suas entidades representativas sobre os riscos existentes nos ambientes e processos de trabalho e suas consequências sobre a saúde.

VII - Garantia da participação dos trabalhadores e suas entidades representativas no planejamento, execução e avaliação da Política Estadual de Atenção Integral à Saúde dos Trabalhadores da Administração Pública do Estado do Paraná.

Reivindicações promovem a saúde da Educação

Entre as propostas dos trabalhadores estão a reativação do IPE-Saúde e a aprovação do projeto de lei que institui a Política de Atenção Integral à Saúde dos Trabalhadores(as) do Estado

A APP-Sindicato, em conjunto com o Fórum dos Servidores Públicos do Paraná, realizou uma série de debates com servidores. Destas conversas resultaram várias reivindicações que integram a pauta dos trabalhadores em Educação e, também, dos demais servidores estaduais. Entre elas está a aprovação do projeto de lei, proposto pelo Fórum, que institui a Política de Atenção Integral à Saúde dos(as) Trabalhadores(as) da Administração Pública do Estado do Paraná.

Para o secretário de Saúde e Previdência da APP, professor Idemar Beki, o projeto é fundamental. "Esta proposta é muito importante porque define ações nos respectivos locais de trabalho. Ela também assegura, entre outras coisas, os princípios da universalidade, isto é, servirá a todos os trabalhadores, independente da natureza do vínculo empregatício com o Estado. Outro ponto importante é que o projeto trata da questão da integralidade do atendimento, que tem como objetivo garantir a articulação entre as ações de saúde", destaca.

Outro ponto relevante é a reativação, em novos moldes, do Instituto de Previdência e Assistência ao Servidores do Estado do Paraná (IPE), antigo sistema de atendimento à saúde e de previdência mantido pelo Estado e extinto em 2002, no final da administração de Jaime Lerner. Em 2003, o atual governo chegou a apresentar um projeto

de reativação do órgão, que passaria a chamar-se IPE-Saúde, e substituiria o atual Sistema de Atendimento à Saúde (SAS). Mas a ideia não saiu do papel. Agora, os servidores debatem uma proposta que tem como objetivo garantir a melhoria do atendimento prestado.

Entre as exigências que o novo modelo deverá garantir estão as questões de ampliação do atendimento em todos os municípios; garantia de atendimento à saúde com assistência médica, hospitalar e laboratorial às várias especialidades, incluindo atendimento odontológico, fonoaudiológico e psicológico; garantia da participação dos trabalhadores na gestão administrativa dos recursos e pagamento dos hospitais a partir dos serviços prestados.

Existe também proposta de mudança na Divisão de Medicina e Saúde Ocupacional (DIMS) da Secretaria de Administração e Previdência (Seap). Os servidores querem que ocorra uma efetiva reestruturação na mesma, visando a elaboração de laudos periódicos nos locais de trabalho que resultem na garantia do direito à saúde. Esta mudança também tornaria mais eficazes as liberações das aposentadorias por acidente e doenças no trabalho. E, por fim, os trabalhadores querem que a Divisão também passe a considerar e aprovar laudos médicos realizados por peritos profissionais que não integram a DIMS.



Conheça a pauta de reivindicações da APP e algumas propostas dos trabalhadores em Educação:

Reivindicações da APP:

- Implementação da lei que fixa o número máximo de alunos(as) por turma;
- Concursos públicos que supram todas as necessidades reais das escolas;
- Ampliação da hora-atividade
- Atendimento de qualidade à saúde no modelo IPE-Saúde;
- Lutar pela redução da jornada de trabalho como bandeira de luta em defesa da saúde dos(as) educadores(as);
- Assegurar os direitos aos(as) professores(as) readaptados(as);
- Redução da jornada para responsáveis por pessoas com deficiência;
- Aumento do porte das escolas;
- Buscar a participação ativa dos(as) trabalhadores, inclusive temporários(as) e aposentados(as), no debate sobre a saúde;
- Aprovação do projeto de lei que institui a Política de Assistência à Saúde dos(as) Trabalhadores(as) da Administração Pública do Estado do Paraná.
- Criar e fortalecer a organização dos(as) educadores(as) nos locais de trabalho (OLT), buscando o fortalecimento dos(as) representantes das escolas
- Articular as ações de formação política, organização e comunicação voltadas à defesa da saúde dos trabalhadores(as) em Educação
- Organizar os(as) educadores(as) lesionados(as) e/ou aposentados(as) e readaptados(as)
- Realizar oficinas de trabalho nas escolas para discutir o mapa de risco e Organização por Local de Trabalho (OLT), estimulando a criação de comissões de saúde do(a) trabalhador(a) em todos os locais de trabalho





Seminário esclarece dúvidas da categoria

A Secretaria de Saúde e Previdência da APP promove, em todo o Estado, o "Seminário sobre a saúde do trabalhador em Educação". A atividade, que tem duração de oito horas, tem como objetivo deixar claro para educadores quais são os seus direitos nas situações de: acidente, doença do trabalho e perícias médicas, além das normas exigidas por lei.

O palestrante do seminário itinerante, o técnico em Segurança do Trabalho Edevalter Bueno, explica que, no evento, é construída, a partir da realidade cotidiana do participante, a noção da importância de se propor medidas para reduzir os casos de doenças ocupacionais e acidentes. "Também reforçamos a importância da implantação das Normas Regulamentadoras do Trabalho", diz.

Além dos seminários, a APP também realiza reuniões com pessoas afastadas do trabalho, por licenças médicas ou readaptadas. O objetivo destas é conscientizar os educadores sobre como agir nas perícias médicas, quais as diferenças entre atestado e laudos médicos, quais os direitos das pessoas readaptadas, entre outros.

Para obter mais informações sobre a iniciativa, os interessados podem entrar em contato com a **Secretaria de Saúde e Previdência da APP**, através do telefone **(41) 3026-9872** ou pelo e-mail: **sec_saude@app.com.br**.



30 ESPECIAL SAÚDE

Pág.
07

Trabalhadores querem uma perícia humanizada

Conhecer os próprios direitos pode ajudar, e muito, no momento de se submeter a uma perícia

Médicos que respeitem seus pacientes. Peritos que realmente ouçam e conversem com aqueles que atendem. Profissionais de saúde que percebam que as doenças não são apenas males que estão visíveis. Pode parecer óbvio, mas muitos dos servidores que buscam as perícias médicas acabam se ressentindo por não encontrar este tipo de atendimento. Não são poucas as reclamações que chegam à APP-Sindicato. Muitas vezes, os educadores saem da perícia com o sentimento de que são tratados como profissionais mal intencionados que querem tirar algum proveito da situação.

"Em Cascavel, uma professora, certa vez, ao procurar a perícia recebeu o seguinte diagnóstico do médico: 'Você está com uma doença da alma'. A mulher ficou transtornada, porque

nem o especialista acreditou que ela tinha um problema. Esta situação demonstra o tipo de tratamento oferecido, atualmente, pelas perícias", relata o técnico em Segurança do Trabalho Edevalter Bueno.

Segundo ele, quando situações como esta acontecem as vítimas devem procurar documentar, de alguma maneira, o ocorrido e denunciar o fato ao Ministério Público Estadual e o sindicato. Outra coisa importante: conhecer os próprios direitos pode ajudar, e muito, no momento de se submeter à uma perícia. "Quando a pessoa está doente, deve organizar toda a documentação para a criação de um laudo médico, instrumento imprescindível para que este servidor recorra à Justiça em busca dos seus direitos", revela Bueno.

Equipamentos de proteção: uma necessidade real

Quando se pensa em equipamento de proteção (EPIs) no local de trabalho, não é comum associar esta ideia às atividades da área da Educação. Mas, de fato, ela existe. Não há como uma funcionária de escola limpar um banheiro, sem usar o equipamento de proteção necessário (luvas, máscara e botas), e não correr o risco de uma contaminação por um agente biológico. E este é apenas um caso.

Há também as situações dos profissionais que trabalham na cozinha, nas secretarias e, principalmente, nos laboratórios. Nestes últimos, não são raros os acidentes. Segundo Edevalter Bueno, técnico em Segurança do Trabalho da APP-Sindicato, já ocorreram casos de explosões de gases, queimaduras por substâncias químicas e inalação de produtos nocivos. O técnico ressalta que nestes locais deveria existir, ao menos, as chamadas 'campanas' e lava-olho.

"O uso destes equipamentos é primordial porque auxilia na prevenção dos riscos, e isto não é pouco. Caso o educador não saiba quais os equipamentos obrigatórios e necessários para o desenvolvimento das suas atividades, ele deve procurar o Sindicato. Nas situações em que a escola não oferece estes materiais, os trabalhadores devem cobrar da sua chefia imediata", ensina Bueno.

Colégios agrícolas - Os colégios agrícolas da rede estadual de ensino têm uma peculiaridade neste aspecto: os servidores que atuam nestas unidades são os que mais necessitam dos EPIs. "Estes trabalhadores atuam no campo, com animais, maquinários, utilizando substâncias tóxicas que representam um risco ainda maior na realização das suas tarefas. Já recebemos queixas de funcionários que trabalham nestes colégios e, pela falta dos equipamentos, sofreram danos à saúde", relata Bueno.



Jorge



Está na hora de falar da Saúde

Através de campanha, entidade convida os trabalhadores para debater tema e buscar saídas

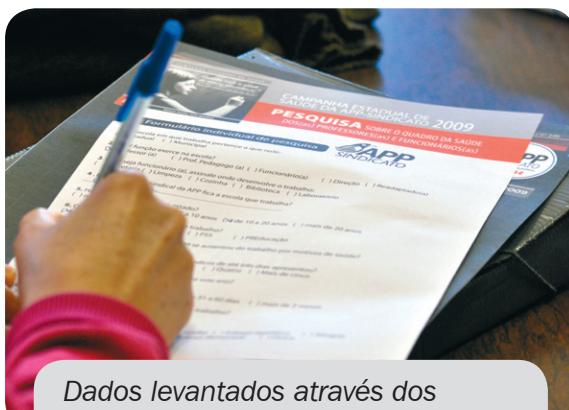
Os trabalhadores e trabalhadoras que integram a APP-Sindicato têm um compromisso importante ainda este ano: discutir o modelo de atendimento à saúde que hoje é prestado pelo governo aos servidores do Estado, além de pensar caminhos para melhorá-lo. Este é o objetivo da Campanha Estadual de Saúde lançado no mês de agosto pela entidade. Intitulada “Quanto vale a saúde de um educador(a)?” a iniciativa pretende aprofundar a discussão sobre o tema.



“Queremos mobilizar a categoria para reverter o quadro de adoecimento atualmente instalado. Paralelamente, desejamos chamar a atenção dos governantes, e da sociedade em geral, sobre as condições de trabalho a que estão expostos os educadores paranaenses”, explica o secretário de Saúde e Previdência da APP, professor Idemar Beki. Segundo ele, a campanha também tem um componente importantíssimo, uma pesquisa. “Ela deverá ajudar no mapeamento da situação da saúde da categoria. Só assim poderemos definir políticas de combate às doenças que nos afetam”, diz.

E parte deste levantamento já foi feita. No mês de agosto, educadores da ativa receberam e responderam um questionário. Agora, os dados coletados e consolidados serão debatidos na audiência pública sobre a saúde dos servidores estaduais que acontece no dia 15 de outubro, no Plenarinho da Assembleia Legislativa do Paraná. Outros dois questionários, destinados aos aposentados e diretores de escola, já foram enviados e devem compor, em breve, um quadro da saúde da categoria.

Segundo o professor Beki, tanto o tema como os objetivos da campanha foram definidos num encontro realizado em abril deste ano. Na oportunidade, representantes de todo o Estado definiram que algumas medidas são essenciais para melhorar o dia-a-dia nas escolas (veja no box ao lado). Entre elas está a criação de leis direcionadas à proteção dos trabalhadores em educação que adquiriram doenças ao exercer suas atividades nas escolas.



Dados levantados através dos questionários serão usados na audiência

Construindo propostas

Em conversas pelo Estado, a APP-Sindicato tem debatido a questão da saúde com os trabalhadores. Confira alguns momentos:



Reivindicações da categoria

- a)** Melhoria das condições de trabalho: redução do número de alunos por turma; ampliação da hora-atividade; ampliação do porte das escolas;
- b)** Instituição de programas de prevenção: implementação das leis saúde vocal, saúde mental, bem como a aquisição de equipamentos de segurança para professores e funcionários de escolas;
- c)** Aprovação do projeto de lei de saúde dos trabalhadores do serviço público do Paraná;
- d)** Atendimento à saúde: reativação do Instituto de Previdência do Estado (IPE) e humanização do atendimento da perícia médica;
- e)** Instituição de legislação específica para a proteção dos educadores com doenças causadas em virtude do exercício da profissão.